
Programa “São Paulo faz escola”: Uma relação a ser investigada*

Francisco Eudes Gomes

Mestrando em Educação – Uninove-SP.
feudesgomes@ig.com.br

Celso Carvalho

Professor do PPGE da Uninove-SP.

Em 2007, o Governo do Estado de São Paulo apresentou uma Proposta Curricular denominada programa “São Paulo faz escola”. Os inúmeros materiais apresentados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo informam que o objetivo é o de direcionar o processo de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades. A Proposta Curricular propõe um currículo tendo como base as três áreas de conhecimentos elaboradas na década de 1990, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs .

Palavras-chave: Ensino e Prática Escolar. Currículo. Escola Pública.

Since 2007, the Government of the State of São Paulo presented a program called Curricular Proposal St. Paul’s school. Which has resulted in public schools in São Paulo state. The numerous materials presented by the Department of Education of the State of Sao Paulo focuses on the teaching-learning and skills development and skills, in which the student will be able to meet the various evaluative tests in domestic and external. A Curricular Proposal proposes a curriculum from the three areas of knowledge. The areas were developed in the 1990s, the document of national curriculum standards - PCNs shaped these areas.

Key words: Teaching and Teaching Practice. Curriculum. Public School.

* Esse artigo deriva-se de discussões produzidas no âmbito do Projeto de Pesquisa “A Reforma da Educação no Estado de São Paulo e Sua Objetivação na Prática Escolar: dimensões curricular, avaliativa, gestonária e laboral”, sob responsabilidade dos prof^o Celso Carvalho e Miguel Henrique Russo e com financiamento do CNPq.

1 Uma proposta em discussão

Há algum tempo os professores têm sido submetidos a difíceis condições de trabalho, à violência no interior da sala de aula, à perda de prestígio da sua função etc. Apesar deste conjunto de dificuldades objetivas que dificultam seu trabalho, o professor tem sido apontado como o principal responsável pelos baixos índices de aproveitamento escolar aferido nas avaliações realizadas em âmbito estadual e nacional (SARESP, SAEB, PROVA BRASIL, ENEM).

Nesse contexto no início da gestão do governador José Serra em 2007, foi apresentada a nova proposta de reforma da educação no Estado de São Paulo com o objetivo de recuperar a educação pública paulista, torná-la mais eficiente e melhorar os indicadores de desempenho dos alunos nas futuras avaliações realizadas pelo MEC e pela SEE/SP.¹

O pressuposto anunciado era de que o sistema educacional apresentava baixos índices de aproveitamento, além de uma enorme diversidade curricular. Assim, entre outros objetivos, melhorar o desempenho global das escolas e unificar o currículo foram argumentos potencializados no contexto das ações da Secretaria com o fim de justificar as razões da reforma. Sob o argumento de que as novas formas de organização do trabalho e da produção estariam a exigir um novo perfil de qualificação profissional dos trabalhadores o governo estadual paulista recupera elementos que subsidiaram as reformas curriculares da década de 1990 e reafirma a necessidade de adaptar o sistema escolar às demandas oriundas dos processos de trabalho.

1.2 Proposta Curricular Paulista

A Proposta Curricular foi implementada de forma imediata em toda rede estadual pública

paulista. O projeto, segundo a então Secretária da Educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães Castro, “impetuoso e inovador”, está apoiado em uma vasta gama de materiais pedagógicos, como apostilas no formato de cartilhas, cadernos, jornais, DVDs, textos para o coordenador etc. Esses materiais foram enviados à todos os interessados (Diretores, Vice-Diretor, Professor Coordenador, Professores e alunos), de todas as escolas do Estado, com orientações específicas sobre sua utilização na unidade escolar. Os gestores participaram de vídeosconferências que foram orientadas pela Coordenadora Geral do Projeto Maria Inês Fini. Esta, em seu discurso, reafirmava o caráter unificados do currículo ao afirmar que “*distribuída em todas as escolas da rede pública estadual, independente da escola ser da zona rural ou urbana, compreende que professores e alunos são únicos e que o material disponibilizado servirá de referência para às práticas em sala de aula* (SEE/SP, 2008).

Os professores receberam um exemplar de acordo com a disciplina/série que ele ministra aulas, bem como a Revista do professor. A orientação dada pela Secretaria de que esse material indicado seria utilizado em toda rede paulista provocou diversos questionamentos das entidades sindicais do magistério. O ponto central da crítica é o de que sua implementação retira a autonomia do professor, pois direciona o trabalho pedagógico do professor ao mesmo tempo em que, ao estabelecer procedimentos de avaliação dos resultados escolares centrados unicamente nos conteúdos contidos nas cartilhas, não deixa alternativas ao professor. Ele tem que obrigatoriamente ensinar o que a cartilha determina e na seqüência que ela estabelece.

A Secretaria trabalha com o pressuposto de que os docentes das escolas estaduais paulista tem um *certo* domínio pedagógico para via-

bilizar a Proposta Curricular lançada em 2007. Tendo o Professor Coordenador como seu interlocutor, fazendo a ponte de comunicação com os docentes e afirmando que eles precisam realizar suas tarefas dentro de um processo de reflexão sobre sua prática e atuação na escola, a Secretária aposta na reforma e no papel central do Professor Coordenador. Há aqui uma grande expectativa ao afirmar que os Professores Coordenadores estão preparados, pois historicamente eles não tiveram formação para desempenhar tais tarefas. Em face das carências das escolas públicas e das demandas burocráticas, os professores coordenadores, apenas supriam necessidades e auxiliavam a direção em tarefas que claramente caracterizavam um desvio de função. Em decorrência das expectativas depositadas no professor coordenador a secretaria acena com a possibilidade de transformar esse profissional em um funcionário de carreira, criando o cargo de coordenador e submetendo os interessados à concurso público.

A Secretaria, no âmbito da reforma, tomou duas medidas complementares. A primeira delas foi realizar um amplo levantamento do acervo documental e técnico pedagógico existente. A segunda foi iniciar um processo de consulta a escolas e professores, para identificar, sistematizar boas práticas existentes nas escolas da rede paulista. Com isso pretende mostrar que a reforma é mais do que uma nova declaração de intenções.

A elaboração da Proposta Curricular foi coordenada pela prof^a Maria Inês Fini e por uma equipe substancial de especialistas nas áreas afins. Além deles, professores orientam os docentes da rede estadual paulista por meio de mesas redondas e outras peculiaridades. São professores de *renome* na educação paulista, que partem do pressuposto de que as escolas estaduais

estão preparadas para implementar a proposta. O professor Lino de Macedo afirma que os docentes já estão prontos para realizar a Proposta Curricular na rede “nós elaboramos a proposta para ser realizada”². Percebe-se que há uma prescrição da proposta e, quando Macedo argumenta que o Estado dar um salto de qualidade, ele parte do pressuposto de que os docentes que atuam na rede estadual paulista estão todos preparados para sua implementação. O professor Ruy Berger afirma que a relação que existe por meio da linguagem muda o currículo no aspecto do Ler e Escrever e que os alunos serão capazes de produzir textos para interpretar o que escrevem. O professor Luis Carlos de Menezes argumenta que o aluno terá condições de se comunicar com seus pares e passará a obter o domínio por uma *identidade temática do que escreve*. A professora Guiomar Nano de Mello diz que o Estado de São Paulo precisava de uma proposta. Segundo ela o governo paulista tem a obrigação de realizar uma proposta curricular para o Estado de São Paulo na qual possa dar ênfase na eficácia da educação no Estado de São Paulo.

Os professores especialistas indicados pela SEE/SP partem da hipótese de que os professores sabem trabalhar e aplicar em sala de aula as *competências e habilidades preconizadas pelos PCNs*. O professor Macedo fala com entusiasmo da proposta e reafirma que as competências são o coração dessa “nova escola”. Segundo ele, os alunos terão a chance de expressar sua cultura a partir do currículo. No entanto, ao contrário do que preconiza a proposta, os PCNs afirmam a “capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, disposição para o risco, do desenvolvimento do pensamento crítico, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento” (BRASIL, 1999, p.24), se contradiz. Os PCNs enfatizam

o trabalho em equipe a partir das competências, contrariando o exposto na proposta da SEE

Segundo os defensores da proposta, o programa “São Paulo faz escola” irá resgatar a “cultura do fazer” com respeito recíproco e com solidariedade aos outros. Quanto maior o desenvolvimento no que diz respeito aos estudos dos alunos, mais eles irão se desenvolver no mundo. Macedo, argumenta ainda que a missão do “São Paulo faz escola” é o novo, e que a proposta ensina e faz o aluno aprender.

A SEE/SP produziu uma quantidade de materiais didáticos que estão sendo aplicados e servem de guias para o controle de sua aplicabilidade. No âmbito de cada disciplina e de seus respectivos temas o governo produziu vídeos, jornais, cadernos do aluno, do professor e o caderno do gestor. Quanto a esse último, a SEE/SP deu grande importância. Na perspectiva da proposta o Professor Coordenador é peça fundamental para o sucesso da reforma. A função do Professor Coordenador, como gestor da unidade escolar, é garantir a implementação da proposta, trata-se de apostar na figura desse profissional e por isso, ao elaborar o caderno do gestor, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo acredita e indica inclusive roteiros de como preparar reuniões motivadoras entre os docentes.

Deve-se destacar que a coordenadora do programa “São Paulo faz escola”, Maria Inês Fini, apresenta diversos argumentos para estimular o professor coordenador acerca dos temas mais relevantes de cada disciplina, o que significa que se optou por uma determinada abordagem do programa. Na apresentação da proposta se afirma que o objetivo é despertar os docentes e os alunos de forma que todos discutam os objetivos da Proposta Curricular paulista. Afirma também que as disciplinas são convocadas a construir um indivíduo flexível e hábil para circular pelas redes

de produção e difusão da informação e do saber (SEE/SP, 2008).

O caderno do professor objetiva explicitar, por meio de abordagens e de propostas de situações de aprendizagem, articulações que ofereçam aos alunos condições de enfrentar os diversos exames vestibulares e as avaliações externas a que serão submetidos.

Como anunciado na Proposta Curricular, os cadernos do professor são o centro do processo de ensino-aprendizagem, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades realizadas pelo aluno.

1.3 Ações do “São Paulo faz escola”

Vale lembrar que as diretrizes e estratégias de ações que logram uma educação de qualidade de longo prazo, deveria se pautar por uma perspectiva de que a educação seja pensada como política pública e não como política de governo. Num momento em que a crise mundial expõe as contradições existentes em nossa sociedade, que já é historicamente tão desigual, organizar um currículo sem essa perspectiva é uma forma de contribuir para manter a desigualdade social, a violência e a falta de perspectiva de vida em que nossos alunos estão mergulhados. Significa negar valores éticos pelos quais as políticas públicas devem ser orientadas. Uma educação emancipadora deve trabalhar propostas de forma ampla, levando em consideração outras políticas públicas. Se a educação tem papel fundamental na formação dos cidadãos, ela sozinha não dá conta da complexidade dos desafios políticos e sociais colocados em nossa sociedade.

As ações do Programa “São Paulo faz escola” compreendem um diversificado conjunto de decisões que, determinadas por normas legais, alteram a organização didático/pedagógica das escolas. Há, também, uma logística informa-

cional de apoio à implementação da proposta e um cronograma de eventos para difusão e acompanhamento da mudança.

Os conteúdos apresentados como fundamentos da proposta curricular, determinam que as ações terão como referência os dados de desempenho dos alunos em leitura e produção para aplicar no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saresp. A SEE indica como objetivo recuperar as *habilidades instrumentais* de leitura e produção de textos, como linguagens nas diferentes disciplinas, para que o aluno possa dar continuidade aos estudos. Assim, as habilidades serão organizadas por meio de matrizes de referências como indicador de habilidades correlatas às disciplinas do currículo para as séries dos Ensinos Fundamental e Médio.

Segundo Murrie³, a divisão das disciplinas relacionadas às habilidades privilegiadas em leitura e produção de textos é condizente com as linguagens mais desenvolvidas, o que não exclui o desenvolvimento de outras habilidades. Murrie argumenta no documento que o desenvolvimento das competências de ler e de produzir textos envolvem as aprendizagens em todas as áreas, e não unicamente na Língua Portuguesa. O aluno deve demonstrar possuir um instrumental de comunicação e expressão adequado tanto para a compreensão de um problema matemático quanto para a descrição de um processo físico, químico e percepção das transformações de espaço/tempo.⁴

No contexto das reformas educacionais contemporâneas as competências e habilidades adquiriram relevância e centralidade, razão pela qual merecem algumas considerações em razão de sua enorme influência no cotidiano da escola, na cultura e nas práticas escolares. Pensar a produção do conhecimento sem pensar as questões

vinculadas à disseminação do conhecimento nos oferece apenas uma parte da questão. As propostas de mudanças qualificadas para o processo de ensino/aprendizagem nos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio indicam a sistematização de um conjunto de atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos. Esses argumentos, já presentes nos PCNs, nos permitem levantar algumas indagações: como objetivar as competências sem um trabalho sistemático e organizado com a linguagem? A linguagem indicada nos PCNs apresenta a capacidade humana de articular significados coletivos? Afirmamos aqui que essas questões, presentes na reforma proposta pela SEE, nos mostram que o programa “São Paulo faz escola” trabalha com uma herança social a-histórica. Assim, uma vez assimilada, se entende que a linguagem permeia o conhecimento e as formas de conhecer, o pensamento e as formas de agir.

Não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com um outro. No contexto social, por exemplo, a língua, produto humano e social que organiza e ordena de forma articulada os dados das experiências comuns aos membros de determinada comunidade lingüística, pode nos nortear para ampliar nosso repertório de significados. A linguagem, da forma como tem sido apresentada no contexto da reforma, não permite que possa ser objeto de reflexão e análise, de forma a permitir um novo olhar na Educação, educando para a superação e a transformação dos significados veiculados pelas instituições.

As ações propostas pela SEE estão fundamentadas na pedagogia das competências e tem como referência maior as competências que

orientam tanto o Saesp, como a Prova Brasil e o Enem. Sucintamente elas são as seguintes:

- ✦ “Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemáticas, artísticas e científicas [...] Ler e Escrever, hoje, são competências fundamentais a qualquer disciplina ou profissão”.
- ✦ “Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas”.
- ✦ “Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.”
- ✦ “Relacionar informações, representada em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.”
- ✦ “Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.” (SEE/SP – 2008).

Em que pese toda a publicidade usada para apresentar a proposta ela em verdade se constitui em mera continuidade de propostas já largamente conhecidas. Insiste nas mesmas expectativas presentes nos PCNs e acentua o caráter de uma educação que, embora anunciada como formadora, se constitui em um conjunto de intenções que acentuam a perspectiva de uma educação adaptativa. Ao apostar em uma proposta curricular que direciona e controla o currículo, mais do que uma inovação curricular o que se apreende a partir dos documentos iniciais é uma tentativa de se controlar o trabalho do professor, por meio da unifica-

ção dos conteúdos a serem ministrados nas salas de aulas de todas as escolas públicas do Estado.

Notas

- 1 Este pequeno trecho foi extraído do texto-base do Grupo de pesquisas em Políticas e Práticas Educacionais do PPGE da Universidade Nove de Julho – Uninove.
- 2 Frase e demais argumentos foram extraídos da videoconferência disponível no site da SEE/SP. www.secretariaeducacao.sp.gov.br – acesso em 17/07/2009
- 3 MURRIE, Zuleica de Felice, escreveu os cadernos do Gestor. *Gestão do currículo na escola*. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2008. (v.1). MURRIE argumenta a importância da competência escritora e leitora para o aluno. Determina que os docentes de Língua Portuguesa, devem canalizar suas aulas nessa competência. Ela enfatiza também, ser fundamental ocorrer uma integração com os demais componentes curriculares. Ela é coordenadora executiva para elaboração de conteúdos da Revista do Professor Atualidades e dos conteúdos da área: Linguagens e Códigos.
- 4 Trecho extraído do site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Acesso em 17/07/2009.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, Brasília, 1999.
- CARVALHO, Celso... [et al.]. *Políticas Educacionais e Discursos Pedagógicos*, Brasília, Líber Livro, 2007.
- DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*, 6ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 2001.
- MURRIE, Zuleica de Felice. *Caderno do Gestor. Gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEE, 2008. (v.1)
- TORRES, Rosa Maria. *Educação para Todos: a tarefa por fazer*, Porto Alegre, Editora ARTMED, 2001
- VIRIATO, Edaguimar Orquizas. *Políticas Educacionais do Estado: A desconstrução da escola pública*. São Paulo : PUC-SP, 2001. Tese de Doutorado (em Educação).
- Site acessado: SEE/SP, 2009 – <http://www.educacao.sp.gov.br/> Acesso em 17/09/2009.